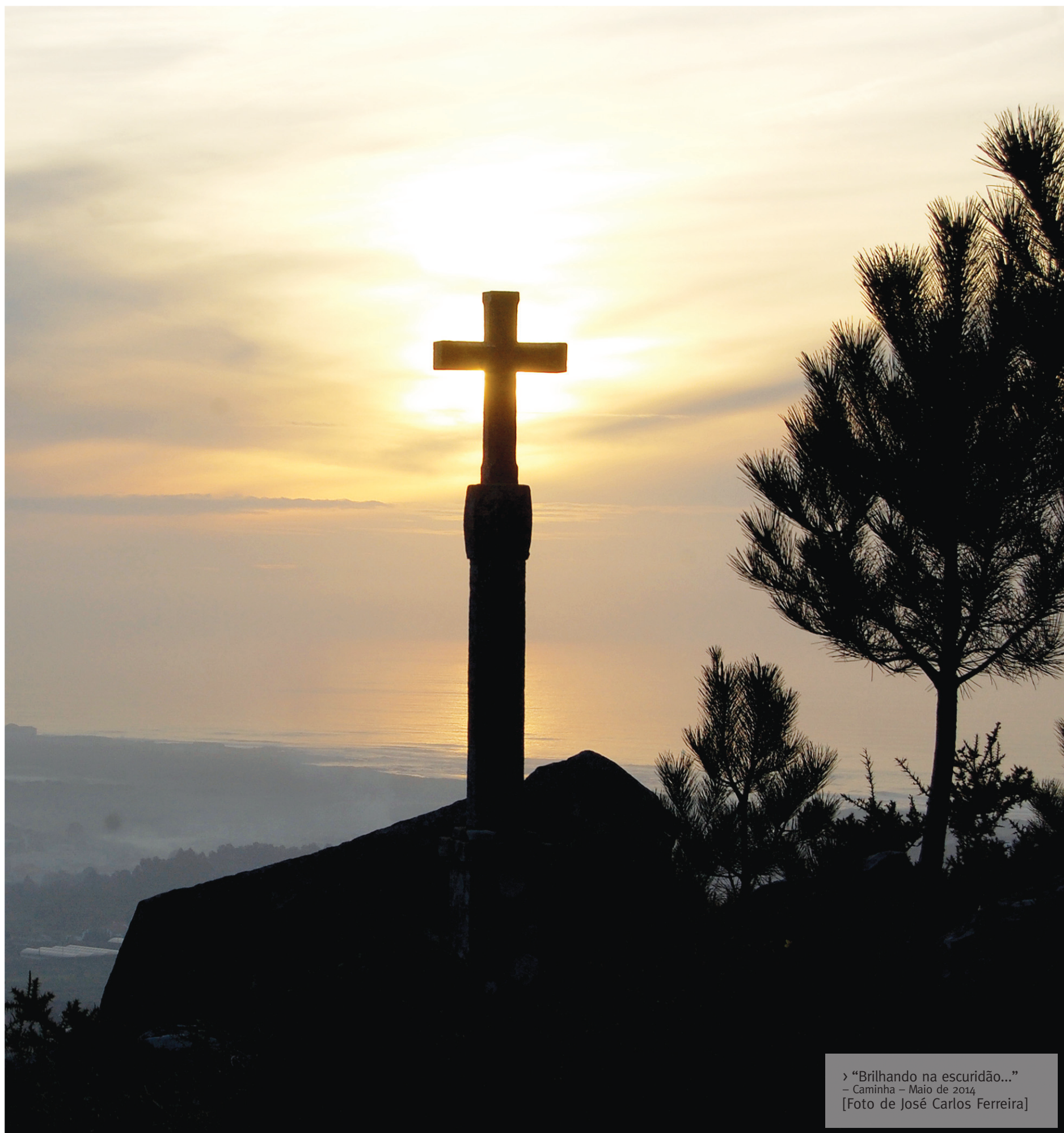


Cultura

QUARTA-FEIRA • 9 DE JULHO DE 2014

Diário do Minho

Este suplemento faz parte da edição n.º 30367
de 9 de julho de 2014, do jornal *Diário do Minho*,
não podendo ser vendido separadamente



› “Brilhando na escuridão...”
– Caminha – Maio de 2014

[Foto de José Carlos Ferreira]

Os laureados com o Nobel da Literatura ⁽²⁴⁾

Por J. A. Baptista



Grazia Deledda conquistou o Prémio Nobel em 1926

– A primeira escritora italiana a ser galardoada

Grazia Deledda nasceu na localidade de Nuoro, Itália, no dia 27 de setembro de 1871 – e faleceu em Roma a 15 de agosto de 1936. Apesar de se ter notabilizado também como prosadora, foi sobretudo na poesia que Grazia Deledda se impôs no mundo literário. A sua obra poética aborda tematicamente a fragilidade humana, o pecado e a culpa, e o problema do bem e do mal, nomeadamente no âmbito do sentimento religioso.

Já no campo da prosa, a sua escrita é profundamente moderna, de cariz “cinematográfica”, o que lhe valeu o aplauso da crítica, ainda que alguns considerassem as suas temáticas demasiado “regionais”.

Sem nenhuma obra traduzida em português (que saibamos), Grazia Deledda é, no entanto, uma escritora de grande relevo na literatura italiana e europeia

e que exerceu grande influência sobre outros escritores, sobretudo nos finais do séc. XIX.

A sua obra é extensa (começou a publicar com apenas 19 anos), sendo o livro “La chiesa della solitudine” o último livro que deu à estampa, precisamente em 1936, ano da sua morte.

Aquando da atribuição do Prémio Nobel em 1926, a Academia Sueca realçou na sua obra literária o seu “idealismo” e a “clareza plástica” com que retrata a vida na sua terra natal – para além da profunda “humanidade e simpatia” com que aborda os grandes problemas do ser humano. Apesar de ser hoje pouco conhecida, Grazia Deledda é, inquestionavelmente, um nome grande da literatura europeia, sendo uma “referência” para quem estuda a poesia italiana dos finais do século XIX e do primeiro quartel do século XX. ■

ESTANTE

Vida e Obra de Bernardo de Vasconcelos

Autor: **Silva
Araújo**



Monsenhor Domingos Silva Araújo acaba de publicar o livro “Vida e Obra de Bernardo de Vasconcelos”. Neste volume, de 120 páginas, o autor recorda o que foram a vida e obra de Bernardo Vaz Lobo Teixeira de Vasconcelos, que, quando aluno da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, decidiu trocar a capa negra de estudante pelo hábito igualmente negro de monge beneditino. Um terrível doença (o “mal de Pott”) impediu este monge-poeta de concretizar o grande sonho da sua vida: ser ordenado sacerdote. Os quase trinta anos que viveu foram o suficiente para mostrar o seu empenhamento na recristianização do País, o amor à Eucaristia, uma grande dedicação aos mais deprotegidos. Revelaram-no também como grande poeta místico (a sua poesia encontra-se reunida nos livros “Cântico de Amor” e “Poesias Dispersas”). Deixou-nos ainda o testemunho de como viver cristamente o sofrimento. Escrito numa linguagem muito acessível, este livro de Mons. Silva Araújo destina-se a divulgar a pessoa do talentoso jovem que foi Bernardo de Vasconcelos, que se encontra sepultado na igreja paroquial de São Romão do Corgo (Celorico de Basto). A fase diocesana do seu processo de beatificação foi concluída em Braga em 9 de outubro de 1987, aguardando-se uma decisão da Congregação para as Causas dos Santos, de Roma, onde se encontra toda a documentação, a fim de ser proclamado Beato e lhe poder ser prestado culto. ■



Retábulo da Folia

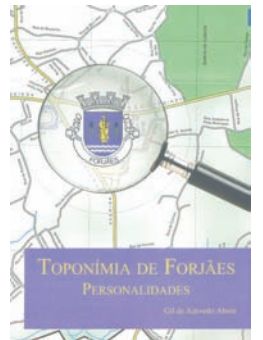
Autor:
Fernando Pinheiro

Editora: Calígrafo

O escritor bracarense e colaborador do “Diário do Minho” Fernando Pinheiro acaba de publicar, em 2.ª edição, a obra “Retábulo da Folia”. Este volume de oito contos e um monólogo (este último foi acrescentado à 1.ª edição, saída em 1994), apresenta-nos uma galeria de personagens “pobres de espírito” mas que carregam consigo muita humanidade. As *estórias* que protagonizam, todas de sabor popular e picaresco, estão repletas de “matizes, sortilégios e malícia, ironia, sugestividade” (no dizer do poeta José Manuel Mendes), o que, aliado à elevada qualidade da escrita de Fernando Pinheiro, constituem uma obra marcante na vasta bibliografia do autor. ■

Toponímia de Forjães (Personalidades)

Autor: **Gil
Azevedo
Abreu**



Elevada à categoria de Vila em 30 de junho de 1989, Forjães, pertencente ao concelho de Esposende, concluiu o seu processo de toponímia em 30 de novembro de 1990, depois de um aturado trabalho de uma comissão designada para o efeito e presidida por Carlos Alberto Brochado de Almeida. Todavia, a vida e a ação de muitas das personalidades que deram nome às avenidas, ruas e caminhos de Forjães foram caindo no esquecimento, pelo menos junto da população mais jovem. Contra esse “esquecimento” luta o Dr. Gil de Azevedo Abreu com a publicação deste volume de 87 páginas, editado pela Junta de Freguesia. Nesta obra, o autor elabora sínteses biográficas sobre essas personalidades (22 no total), socorrendo-se de documentação vária – dotando assim a população de um conhecimento que se vai “deteriorando” e que é importante para a história local, porquanto permite, através da toponímia, “conservar” a memória de ilustres forjanenses. Gil de Azevedo Abreu, residente naquela freguesia, tem realizado, ao longo das últimas duas décadas, um vasto trabalho de investigações relacionadas com a história de Forjães, de que resultou já a publicação de diversas obras. “Toponímia de Forjães – Personalidades” é o resultado de mais uma dessas investigações, que deixará marcas nos anais daquela Vila, tanto mais que, até agora, não havia registo da “fundamentação” dos nomes atribuídos às artérias de uma localidade de longos pergaminhos históricos. ■



Histórias de Boca Aberta

Autor:
Luís Silva Pereira

Editora: Calígrafo

“Histórias de Boca Aberta”, de Luís da Silva Pereira (professor universitário e antigo diretor do “Diário do Minho”) é uma coletânea de 47 pequenas narrativas que visam estimular o riso, através do recurso ao humor, à ironia e ao sarcasmo. Dos pequenos nada quotidianos ressaltam situações imprevistas, muitas vezes absurdas, que nos colhem de surpresa e despertam em nós uma hilaridade adormecida debaixo da pesada capa do tédio e do aborrecimento. Escritas numa linguagem de grande clareza e objetividade, e enriquecidas com neologismos e jogos verbais, estas *estórias* seduzem e encantam, por isso, o leitor mais “sisudo”. ■



"As palavras nas dunas do tempo"

35 anos
de poesia

de **Artur Ferreira Coimbra**

O historiador, escritor e poeta Artur Ferreira Coimbra, residente em Fafe há várias décadas, acaba de publicar o livro "As palavras nas dunas do tempo – 35 anos de poesia", editado pela Converso. Trata-se de uma antologia poética que assinala três décadas e meia de dedicação à "nobilíssima arte de poetar", como disse Diogo Bernardes. Sobre esta obra – que foi apresentada em Fafe e, mais recentemente, em Braga (na Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva) – escreve o Prof. César Freitas, docente de Língua e Literatura Portuguesa no Instituto de Estudos Superiores de Fafe e atual diretor da Escola Superior de Tecnologias do mesmo instituto.



POR

CÉSAR FREITAS

PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR



**Artur
Ferreira
Coimbra**

Aceder ao convite para apresentar uma obra poética é sempre um desafio, se bem que prazeroso. Discorrer sobre uma antologia poética afigura-se um exercício estimulante, porém mais arriscado, na medida em que presume uma leitura horizontal de um alargado conjunto de poemas, provenientes de livros publicados no passado ou respigados em publicações de menor circulação (jornais, revistas, antologias temáticas ou celebrativas de um autor) ou ainda aqueles que conhecem a luz pela primeira vez. De resto, as palavras prefaciais do autor aclaram os critérios formais e de selecção que organizam a antologia, justificando a omissão de poemas mais precoces e contextualizando os textos esparsos e inéditos.

Saúda-se, portanto, esta reedição, agora ampliada, de textos indisponíveis a leitores menos avessos a percorrer as veredas mais restritas das palavras de cristal, nuas e puras, de Artur Coimbra.

A apresentação de uma antologia aconselha talvez uma abreviada exposição das principais linhas de leitura que estruturam a escrita poética, sejam elas temáticas, formais ou estéticas. Não pretendo, por estar ciente do acto profundamente subjectivo da relação «pessoal e intransmissível» de cada leitor com o texto poético e, mais ainda, pela natureza pluri-isotópica

e polissémica que definem a propriedade da poeticidade, direccionar em pormenor a viagem que desejavelmente cada um fará por este rio de palavras. Ainda assim, partilho as minhas impressões de leitura – breves, incompletas e porventura demasiado pessoais.

O maior proveito da organização da produção poemática do autor em forma antológica consistirá, a par da fixação do corpus textual para a posteridade e da sua disponibilização para leitores de gerações distintas, na possibilidade de uma leitura global que permita, mais acertadamente, ajuizar acerca da evolução sentida na criação poética do autor.

Lidos no seu conjunto, os poemas publicados em *O Prisma do Poeta* (1978, edição parcial), *Máquina de Liberdade* (1988) e

Cais do Olhar (1995), anteriormente coligidos em *25 anos de palavras* (2003), permitem não só identificar motivos poéticos recorrentes, como recursos expressivos estruturantes – em especial a metáfora, a imagem e as sinestésias sensoriais –, códigos fónico-rítmicos significantes ou (e esta será talvez a característica que mais evidente se torna numa primeira leitura) a utilização continuada, mas sempre nova de sentidos, de um restrito conjunto de signos linguísticos de forte dimensão literária. A poesia de Artur Coimbra alimenta-se da reinvenção da força simbólica das palavras mais simples, destinando à palavra o valor essencial e estruturante na construção do poema, num processo estético que recorda, entre outros, Eugénio de Andrade ou Sophia. E nesta matéria, os diálogos textuais com poetas consagrados, de Camões a Pessoa, de Torga a Fiamma, de Ramos Rosa a Garcia Lorca, de Cesário a Florbela, poderiam merecer um apontamento mais demorado, por revelador de vozes textuais que aqui se escutam... ecos de leituras bebidas e interiorizadas, sem acusar contudo a angústia da influência tão celeberramente definida por Harold Bloom. Estamos, pois, no âmbito da linguagem poética: «uma língua dentro da língua», segundo Manuel António Pina. Um labor poético que concilia a música das palavras com o silêncio revelador, o espaço em branco que requer a participação do leitor na construção do sentido do poema – o sentido do leitor, não do poeta, que mais do que mostrar, sugere, conforme a teorização da estética da recepção proposta por Jauss e retomada, entre outros, por Ingarden. O cuidado posto na construção do poema, a harmonização do som e do sentido, a sensibilidade estética do autor sentem-se logo, ainda que de forma mais incipiente, nos primeiros versos publicados. Contudo, porque o poeta se inscreve sempre num espaço-tempo preciso, em *O Prisma do Poeta* lemos como principal linha de força a obsidiante urgência de denúncia literária, com «voz que é de raiva» e um «grito pela libertação» (43) da «luta dos corpos». Com efeito, a reiteração dos signos alusivos a «dor», «morte» e «injustiça», o sentir afectuoso pelos «fuzilados da liberdade» e os mendigos, a compaixão das vítimas de distantes longitudes caracterizam a consciência cívica e o ideário humanista que distingue o poeta, um ser «infinito», «inconsumptível», de sangue «livre» e com olhos que «escrevem horizontes / de irrealdade / e quadros de intervenção» («O Poeta», 21-2). Saído da libertação e das esperanças de Abril, sem amarras no verbo e com as emoções expostas, o poeta interroga o real observado, continuando a tradição de poetas que desde finais de 40 verberaram a indigência cerceadora da liberdade física e emotiva do indivíduo e da sociedade portuguesa. A palavra-armas, a palavra-canção, o «Poema-Liberdade» [«o poema é livre», repete o autor (40)] condensa, ao longo do primeiro conjunto de poemas, as suas preocupações sociais, políticas e culturais, afirmando-se ideolo-



O poeta Artur Coimbra na sessão de autógrafos que se seguiu à apresentação do livro *“As palavras nas dunas do tempo”*

“Os versos de Artur Coimbra, por um processo de maturação, distanciam-se cada vez mais de uma representação mimética e da expressão de uma poesia social. Por entre um ou outro poema mais longo, erguido em figuras de repetição, em momentos de automatismo de escrita alimentada de enumerações de sabor surrealista, jogos de palavras – semânticos e sonoros –, «como se fosse propaganda» («Quotidiano», 70-4), constata-se uma predominância de composições breves, concisas, num sentido estético que privilegia a alusão, o silêncio das elipses, a conotação sugestiva do real e a verbalização do abstracto e do inconsciente.”

gicamente comprometido, interventivo e voz da resistência. Seria, aliás, interessante procurar ouvir em alguns destes versos a ressonância de Manuel Alegre, em especial os versos disseminados pelo vento de mudança, *O Canto e as Armas* ou *Praça da Canção*, ou os ecos dos cultores da estética neo-realista. Se por um lado, o poeta usa os seus versos como arma libertadora, a «palavra / redentora angelical», a «espada perfurante», por outro, somos confrontados com uma cuidada urdidura textual que visa, por meio de um efeito emotivo que move os afectos, atizar no leitor um efeito performativo, uma pulsão activa, regeneradora, instituidora de uma «geografia sem algemas», de um «grito descongelado», de um «tempo sem grades» (Sou português, 23-4). E porque da noite escura nasceu «o oiro da manhã» (129), o canto poético constitui-se mensageiro de «toda a seara de esperanças», individuais e colectivas, em forma de «balada das mãos libertas» e «canto doce da não-violência» que busca a concretização dos princípios fundadores da «verdade nua» de abril: o pão, a paz, a justiça e a «dignidade / dos homens livres» [«Depois de amanhã» (25-6)]. Ser que respira as sílabas do corpo do

poema, o poeta não pode contudo ser impermeável às circunstâncias históricas, ansiando pela confirmação de um «mundo livre» de injustiças e angústias numa «Nota ao Che» (29), essa figura da «revolução do espaço / de cada corpo», ou exprimindo acidamente a sua indignação pelos conflitos da «Toada do Médio-Oriente» (31), do «Bangladesh» (38) ou, em tempos mais próximos, da Bósnia. Ainda assim, em *O Prisma do Poeta*, a par dos versos de intervenção social, sublinhamos a evidência de um apurado procedimento estético que suporta uma constante interrogação do real observado, o qual deve ser lido com chave metafórica, como em «Velhinha do fim da tarde» (32):

postada aí ao sol do fim da tarde
que agulhas saudosas
meneias nesse tricot de recordações?

devaneios bucólicos
desfiados de um novelo
do amor aos vinte anos

ou simplesmente malha apanhada
de um recatado sortilégio
que o tempo não ousou deslindar?

Proclamando a sua «negação a ser escri-

vo», o sujeito poético inscreve em alguns poemas de registo paródico e irónico a sua iconoclastia. Ousadamente irreverente e desafiador, convoca o musical de Andrew Lloyd Weber – «não me chamo Jesus Cristo, / nem tão pouco superstar» –, e questiona de modo claro os símbolos religiosos: «não alinhio idolatrias», «não leio bíblias de medo» (56-7).

Sudário

que lágrima redimida
consigo imprimir
na plenitude
da invasão do instante?

ou sudário inventado
de um qualquer limite
de não lograr conter-me?
cristo de mim

O Prisma do Poeta, como obra inaugural, obra de formação e experimentação literária, anuncia já uma voz própria. Sublinhe-se, porém, que o sujeito poético que assoma das palavras saídas da *Máquina da Liberdade*, sem derogar a historicidade da sua consciência, oferece ao leitor uma voz outra, distinta, reveladora, madura, consciente. Veja-se, desde logo, a recorrência de versos que materializam uma auto-reflexividade crescente. Com efeito, são vários os textos em que o autor nos abre as portas da sua oficina de palavras – conceptual, rítmica e formal – desvendando, por processos mais ou menos figurados, a sua arte poética, da invenção dos motivos ao burilamento dos versos e à magia das palavras, «essa arma / geométrica / de rigor e música // harpa ou espada, / silêncio último» (136).

Em versos que reflectem sobre o próprio acto de escrever poesia, o poeta sonda o poder da palavra de cristal, os limites da linguagem para traduzir a «sinfonia / em gaivotas» ou as naus a «escalar os oceanos / do peito» (148), o silêncio da luz e os processos de construção do texto poético, leve, livre, «Denso e breve / como se feito // para a eternidade», qual «Grão de trigo» (141). Daí a concisão vocabular, a depuração dos signos linguísticos, a profusão de metáforas e imagens metapoéticas, um certo minimalismo discursivo que pode eventualmente colocar esta poesia sob um manto mais hermético, avesso a leituras simplistas ou imediatas:

Alegria (65-6)

o verso
a asa
a primavera

(...)
o poema feito de flores
a promessa de esperança
a mensagem
que liberta

a alegria que me toma
para desfrutar
o sangue que me circula
neste viver
o poema

Os versos de Artur Coimbra, por um processo de maturação, distanciam-se cada vez mais de uma representação mimética e da expressão de uma poesia social. Por entre um ou outro poema mais longo, erguido em figuras de repetição, em momentos de automatismo de escrita alimentada de enumerações de sabor surrealista, jogos de palavras – semânticos e sonoros –, «como se fosse propaganda» («Quotidiano», 70-4), constata-se uma predominância de composições breves, concisas, num sentido estético que privilegia a alusão, o silêncio das elipses, a conotação sugestiva do real e a verbalização do abstracto e do inconsciente. A sempre procurada linguagem poética inaugural, a busca da «palavra / que foge» (48), condensa-se progressivamente numa poesia mais conceptual, menos discursiva, configurando uma inquietação poético-ontológica, um acto reflexivo de perseguição do real absoluto, da verdade das coisas, inteligível somente pelo poder criador da palavra poética: «o teu rio / pede-me água // como lábios em incêndio» (160).

Pela busca incessante da beleza e da autenticidade dos seres, a poesia de Artur Coimbra é profundamente solar, apolínea, identificada com a respiração dos elementos naturais, como a «terra» ou a «natureza» (e lembre-se a autodefinição do poeta como ser telúrico e panteísta), a água conotada no «rio», nos «oceanos» ou na «chuva», o «vento» livre e as imagens que prefiguram o «fogo», seja redentor, seja de castigo e morte, embora o autor anuncie que «a morte não derruba os heróis / que se recusam / a ser consumidos / na servidão dos dias tiranos» (50). No mesmo sentido, sublinhemos a força genesiaca associada a símbolos recorrentes e causadores da unidade macrotextual de toda a obra, como as repetidas tonalidades do «azul», do «verde» e do «doirado»; os meses do ano, de «abril» e «maio» a «setembro» e «dezembro»; a dicotomia estabelecida em torno do «dia» e da «noite»; ou os vocábulos evocadores da esperança e da renovação, como «amanhecer», «semente», «florecer» ou «primavera». A aguda consciência da transitoriedade da vida, a nostalgia dos espaços percorridos, a memória dos episódios que configuram o tópico da infância dourada, a criança a «voar nas asas da fantasia» e «Viajar no reino da ilusão», intensifica-se nos últimos poemas registados, nos quais o poeta expõe em registo confessional as suas emoções mais íntimas, as lacerantes feridas abertas pela ausência das figuras paternas, seus heróis confessados em vários poemas, feridas na alma apenas mitigadas pela «memória linda» que enche de luz o coração, como a recordação viva de «um quadro de chuva / um ninho em maio / um pinheiro rugoso / de rasgar calções» (121).

A aguda consciência do tempo e a inscrição do corpo no espaço são continuamente reiteradas nas palavras do poeta, «somente um corpo em viagem / moldado pelo meio que o faz», incapaz de abarcar «toda a vida / todo o tempo, todo o

espaço». Não obstante esta perecibilidade de corpórea intrínseca ao ser humano, superioriza-se o sujeito poético às suas limitações pela causa sublime, abreviada num verso que não pode deixar de ecoar a «Tabacaria» de Fernando Pessoa: «tenho em mim milhões de esperanças» (56-7). Perfilando-se numa longa tradição da lírica portuguesa, a escrita poética de Artur Coimbra é também uma celebração do Amor, definido como «a cor / entre o desejo/ e a dor» (100). Do amor à liberdade, à natureza mais simples, às ruas, espaços, lendas e procissões de Fafe, ao lavrador que, «encurralado» e «acorrentado» à «hostilidade da condição» terrena, ensina os «ritos do vento a alegria / livre e incoerente dos olhos nas nuvens» («Filosofia», 134). Desenganem-se contudo os mais inocentes. Longe da expressão lírica vazia, da pureza platónica ou da coita de amor descrita no código trovadoresco, o poeta, sobretudo em *Cais do Olhar*, tecendo com agudeza uma profusão de imagens, metáforas e sinestesias, canta especialmente o corpo feminino, aproximando-se sensorialmente a matéria verbal da matéria da carne – o corpo amado, a ponte entre as vontades e o desejo intenso:

Depois de amanhã (110)

depois de amanhã levo a rosa
deposito-a em teus lábios ao cair da tarde
escrevo com o poema um grito de maio
no chegar manso da noite a rosa
levada ao calor da boca

Nesta acesa dialéctica entre o corpo, o amor e a poesia, refira-se porém que, na maior parte dos poemas de *Máquina de Liberdade* e *Cais do Olhar*, as imagens poéticas incendeiam-se com o ardor de Eros, na viagem por um «corpo / selva-

gem // enlouquecido» (130). Atente-se, como exemplo desta paixão acesa do corpo, em «Fotografia» (113):

teus olhos de camélia geometricamente
verdes
explodem em mim uma intensidade de
fogo lá fora
a noite aguarda efémera o incêndio do
orgasmo
o silêncio abrasador de teus olhos em flor
febrilmente em mim. dormem estrelas nas
ervas

Do «espaço do corpo feminino», da expressão em sinédoque dos olhos e dos lábios, a «deusa da sedução e do esplendor», «deusa mais que mulher», lança sobre o sujeito poético «o brilho / selvagem do fogo» que o invade «como os corpos se tecem em chamas» (176). As metáforas ígneas aplicadas aos corpos acumulam-se numa gradação crescente da erotização do discurso:

a tua boca é o meu mundo
onde me aparto e regresso
e me abandono
e enlouqueço

os teus seios
sinto-os em bico
quentes, urgentes
chamam meus lábios
prementes

o teu corpo
selvagem apeteço-o
em fúria e incêndio e sedução
teu delta secreto
em ebulição (179)

Mas porque estas notas de leitura, apostadas em ouvir a respiração do texto,

analizando-o e impondo-lhe um sentido, podem valer-me as mesmas palavras ásperas que o poeta atira aos que dissecam os poemas «nas aulas de português como quem esventra / o corpo de um bicho de estimação com cuidado / para não estragar a semântica nem obnubilar / a morfologia» («Silêncio a vozes várias», 228-9), impõe-se que conclua.

Sabendo nós que a pena de Artur Coimbra oscila entre o rigor da prosa historiográfica e a liberdade livre da poesia, na formulação de Ramos Rosa, ainda assim, e conforme o autor confessa nos paratextos contextualizadores, não será arriscado afirmar que a palavra poética estrutura o seu sentido de criação textual e o seu princípio vital. Organizando-se em três linhas ideotemáticas ou metafóricas essenciais – a palavra poética enquanto arma de denúncia social; os metapoemas, isto é, as composições em que o poeta desvenda o seu próprio processo criativo; e os versos que celebram o amor e o corpo feminino num discurso profundamente erótico –, a poesia de Artur Coimbra, reunida em *As Palavras nas Dunas do Tempo*, de plena maturidade conceptual e hábil manejo dos recursos técnico-expressivos, oferece-se a leituras múltiplas, com diferentes níveis de profundidade de temáticas e estéticas, progressivamente mais complexas, aliciando tanto o coração como a razão, as duas portas principais para a entrada da música das palavras puras na alma. Afinal, no dizer do poeta, a poesia mais não é do que «palavras com música e coração por dentro» (112). ■

Fafe, 09.05.2014

César Freitas

Professor de Português
no Instituto de Estudos Superiores de Fafe
Diretor da Escola Superior de Tecnologias de Fafe

“Pela busca incessante da beleza e da autenticidade dos seres, a poesia de Artur Coimbra é profundamente solar, apolínea, identificada com a respiração dos elementos naturais.”



Artur Coimbra (à esq.), Pompeu Martins (ao centro) e César Freitas (à dir.) durante a sessão de apresentação do livro em Fafe



Dr. Egídio Guimarães

Breves notas bio-bibliográficas

Ocorreu no passado dia 4 de Julho o primeiro centenário do nascimento do Dr. Egídio Guimarães (falecido em 27 de Dezembro de 1990), que exerceu as funções de director da Biblioteca Pública de Braga e do Arquivo Distrital, para além de ter sido um grande homem da cultura, cuja acção se alargou a outros domínios. Em complemento do artigo publicado neste caderno na semana passada, assinalamos a efeméride com a divulgação de mais um texto, também da autoria do Dr. Henrique Barreto Nunes, relativo à vida e obra daquele ilustre intelectual bracarense.

Egídio Amorim Xavier de Sousa Guimarães nasceu em 4 de Julho de 1914 na Póvoa de Varzim, onde os seus pais, bracarenses, se encontravam, como era tradição nas famílias minhotas, a fruir a época estival.

Tendo passado parte de sua infância em Inhambane (Moçambique) onde iniciou a instrução primária, cedo a sua família regressou a Braga, aqui concluindo o curso liceal no Liceu Sá de Miranda, tendo colaborado em 3 números únicos comemorativos do 1.º de Dezembro de 1640.

Em Coimbra, licenciou-se em Ciências Históricas e Filosóficas pela Faculdade de Letras, com uma tese sobre Francisco Sanches, concluindo em 1946 o curso de Bibliotecário-Arquivista após frequência como bolseiro do Instituto de Alta Cultura, do *Stage International des Archives* no Arquivo Nacional de França, em Paris. Aí, segundo Charles Braibant, director dos *Archives de France*, "revelou grandes qualidades de arquivista e erudito, quer nos debates provocados pelas conferências a que assistiu, quer na investigação realizada" tendo estudado documentação sobre as relações da França com Portugal, Brasil e o império colonial português antes de 1821.

Revelando sempre grande interesse pelo estudo comparado das línguas, dominando com grande mestria o francês, completou o Curso de Língua e Literatura Italianas em Coimbra, tendo ainda ali frequentado cursos de Inglês e Alemão. Possuía bons conhecimentos de latim e latim medieval (imprescindíveis para o desempenho das funções de arquivista), de espanhol, de romeno e mesmo de árabe.

Foi efemeramente professor do ensino secundário em colégios

de Coimbra e Braga, tendo começado a sua carreira profissional na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, pela qual esteve contratado por 6 meses para catalogar um importante fundo de livros do séc. XVI.

Em 26 de Junho de 1947 tomou posse como Aspirante na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, quando ainda era seu director o Dr. Alberto Feio, o grande criador daquela instituição de memória.

Egídio Guimarães foi progredin-



Foto de cima: O Dr. Egídio Guimarães (à dir.), com o Robert Smith, à porta da Biblioteca Pública de Braga (1969).

Foto da direita: O Dr. Egídio (à esq.), com o historiador Flávio Gonçalves.



do lentamente na carreira, como era habitual naquele tempo, passando a ser 2.º bibliotecário em 1951 e director interino em 1961, sendo nomeado director efectivo da BPADB em 1970, lugar que ocupou até à integração na Universidade do Minho (1975). Foi então ali colocado como técnico superior dos Serviços de Documentação, dedicando a sua atenção ao arquivo. Entre 1978 e 1982 integrou a Comissão de Gestão do Arquivo Distrital, do qual foi nomeado Responsável nesse ano, lugar que ocupou até à sua aposentação em 1984.

O Dr. Egídio Guimarães cedo se distinguiu como homem de cultura, participando activamente nos grandes acontecimentos culturais da cidade a partir da década de 50 do século passado. Colaborou intensamente com o vereador da Cultura de A. Santos da Cunha, Doutor Sérgio da Silva Pinto, organizando importantes congressos e colóquios históricos de que Braga foi palco nesses anos (de S. Martinho de Dume, Suévico-Bizantino, Portugal Medieval, S. Frutuoso e mais tarde de André Soares, em 1973).

Ao lado de Francisco J. Veloso, A. A. Dória, Amândio César, Manuel Antunes e outros criou em 1954 a "Quatro Ventos: revista lusiada de literatura e arte", cuja direcção integrava grandes figuras da cultura brasileira e galega (que aqui podiam escrever na sua língua), publicação periódica que reuniu colaboradores de qualidade, a qual merecia um estudo monográfico especializado.

Esteve ligado a outras instituições relevantes para a cidade, como foram o Convivium Sá de Miranda, o Circulo Cultural Musical, a *Alliance Française* (de que foi presidente), a APPACDM e CODEP/ASPA, conforme já referi em texto anterior. Foi ainda delegado em Braga da Junta Nacional de Educação, nos domínios de Arqueologia e Belas-Artes. A nível nacional foi sócio fundador da BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, criada em 1973. Em 1964 foi empossado como Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Braga, sob presidência do Dr. Viriato Nunes, cargo que ocupou até 1972.

Nessa qualidade promoveu escavações arqueológicas na cidade e na Falperra, que mostram bem a sua preocupação constante pelo património arqueológico bracarense, como mais tarde a sua pronta adesão à ASPA bem evidenciou.

Entre as várias propostas que

apresentou, deve-se-lhe a transferência da Fonte do Pelicano das traseiras dos jardins do antigo Paço Arquiepiscopal para o centro da Praça do Município, onde hoje se encontra, o que muito valorizou esta peça barroca e aquela praça. Igualmente a atribuição do nome de André Soares à escola que hoje ainda ostenta surgiu na sequência de uma proposta sua.

Egídio Guimarães, como Vereador da Cultura, passou a ser director da revista "Bracara Augusta", posição na qual se manteve durante 25 anos, coincidindo com o período de maior fulgor da publicação, onde p.ex. foram publicadas as actas do congresso dedicado a André Soares, a cuja realização, como já referi, esteve profundamente ligado.

Presidiu ainda às Comissões Municipais de Arte e Arqueologia e de Toponímia.

Em 1989, já com 75 anos de idade, atendendo ao seu valor e ao prestígio de que gozava na cidade, foi convidado pelo PSD a integrar uma lista candidata à CM Braga, o que aceitou fazer, como independente, sendo eleito vereador, ainda que a morte o tenha surpreendido cerca de um ano depois da tomada de posse. A sua noção de serviço e de dedicação à causa pública foram reconhecidos pela Presidência da República, que lhe atribuiu em 1990 a comenda da Ordem de Mérito, que Mário Soares lhe entregou, bem como pela Câmara Municipal de Braga que, postumamente, também lhe concedeu a sua mais alta condecoração, a Medalha de Honra do Município, tendo também o seu nome sido consagrado na toponímia local. Egídio Guimarães não é autor de uma vasta bibliografia, como o seu perfil cultural deixaria prever. Os cargos públicos que desempenhou, a actividade cultural e cívica a que se devotou com grande intensidade não lhe permitiam dispor de muito tempo livre, pois também era conhecida a sua dedicação à vasta família que constituiu e estava a seu cargo. Para tal também contribuiu, em parte, aquilo que uma vez me

Capa do livro (conto) "O meu amigo Gervásio e sua filha catedrática", da autoria de Egídio Guimarães e publicado em 1986



O Dr. Egídio Guimarães em Julho de 1984, aquando da sua aposentação, com um grupo de Funcionários da Biblioteca Pública de Braga e do Arquivo Distrital – e com alguns amigos, entre os quais o Prof. Lúcio Craveiro

confidenciou: o dr. Egídio era, como Eça de Queirós, um "torturado da forma". Dominando como poucos a nossa língua, nunca estava satisfeito com o que escrevia, nesse domínio era muito exigente consigo próprio, o que fazia com que os seus escritos demorassem a sair-lhe das mãos. Em próximo texto abordarei com mais vagar aquilo que escreveu sobre a sua profissão, embora a propósito deva desde já dizer que, enquanto director da BPADB, se tornou muito conhecido, até internacionalmente, pela maneira aberta e generosa como acolhia os investigadores e estudiosos, partilhando com eles o seu vasto saber e abrindo-lhes generosamente as portas dos fundos bibliográficos e documentais de que era guardião.

Um vasto arquivo epistolar, que a família ciosamente conserva, reunindo mais de 600 correspondentes, grande parte deles de nomes de grande relevo, assim o atesta, podendo constituir fonte importante para um melhor conhecimento da história cultural de Braga e dos seus arquivos, bibliotecas e personalidades. O caso mais conhecido é o do investigador norte-americano Robert C. Smith, apresentado por outro seu grande amigo, o historiador de arte Dr. Flávio Gonçalves, que tornou a Braga barroca conhecida em todo o mundo, revelando e estudando proficientemente nomes como André Soares, Frei José Vilaça, Marceliano de Araújo, Frei Cipriano da Cruz ou Agostinho Marques. Sucede que a descoberta de tais artistas só se tornou

possível com o apoio que Egídio Guimarães lhe prestou, facilitando o acesso ao Arquivo Distrital e permitindo a transcrição de documentos (que ele, como qualificado paleógrafo que era muitas vezes realizou) e diligenciando para que no Arquivo Municipal o mesmo acontecesse, para o que teve o total apoio do Presidente da Câmara, Viriato Nunes, com quem R. Smith aliás esboçou o programa inicial da comemoração do segundo centenário do falecimento de André Soares, figura até então praticamente desconhecida. Não é portanto de admirar que Robert C. Smith tenha dedicado o seu livro "Frei José de Santo António Ferreira Vilaça: escultor beneditino do século XVIII", editado pela Fundação C. Gulbenkian, em 1972, a *Egídio Amorim Guimarães que me abriu os arquivos de Braga*.

Quem igualmente beneficiou do seu apoio, agora a nível literário, foi o escritor Altino do Tojal, que viu o seu primeiro livro, "Sardinhas e lua", ser editado pela Pax em 1963, graças aos incentivos e apoio decisivo que o Dr. Egídio lhe deu, prefaciando-lhe a obra, o que o autor sempre gratamente reconheceu.

De grande interesse para a história cultural do séc. XX são as evocações e memórias que o antigo director da BPADB nos foi oferecendo em livros e revistas, contemplando Arlindo Ribeiro da Cunha, João de Moura Coutinho, Manuel Monteiro, Álvaro Carneiro, Flávio Gonçalves e Amândio César, figuras com quem lidou e votou grande estima ao longo da vida. O seu mais importante estudo

é, para mim, "Morte e ressurreição de um palácio", publicado no n.º 7 da 2.ª série da revista "Mínia", editado pela ASPA, em 1983. Nele conta a longa história do antigo Paço Arquiepiscopal de Braga, ocupado pela BPADB desde 1934 e pela Reitoria da Universidade do Minho a partir de 1974, descrevendo alguns dos seus espaços e os serviços neles instalados e recordando vários episódios do seu restauro iniciado em 1930. Constitui, até agora, documento único sobre a história desde monumento, cuja separata mereceu uma edição da responsabilidade da Universidade do Minho. Egídio Guimarães também escreveu um artigo sobre a evolução urbanística da sua terra natal intitulado "Póvoa de Varzim: ano 2000" e colaborou na imprensa periódica local, nomeadamente no "Correio do Minho".

No domínio literário, actualizou a grafia de 3 romances de Júlio Dinis, editados pela Liv. Cruz, traduziu 5 romances italianos e fez uma breve incursão na ficção, com o conto "O meu amigo Gervásio e a sua filha catedrática", que saiu em 1986 sob a chancela da APPACDM de Braga. Monárquico, profundamente católico, naturalmente conservador mas tolerante, homem de princípios e convicções, na sua maneira discreta e elegante de estar na vida, Egídio Guimarães foi uma personalidade que deixou marcas impressionantes na vida cultural bracarense da segunda metade do séc. XX. ■

Braga, 30 de junho de 2014

Henrique Barreto Nunes



POR

ANA MARIA DA COSTA MACEDO

PROFESSORA E INVESTIGADORA

"O Falcão de Bonaparte" de Mariana Morais Pinheiro, editado em março deste ano de 2014 pela editora Opera Omnia, é um romance centrado na história do nosso país – a 2.ª invasão napoleónica pelo norte em 1809, com cenário nas serras do Minho, como a batalha de Carvalho d'Este às portas de Braga, cidade onde morreu o famoso general Bernardim Freire de Andrade debaixo da fúria popular.

Depois de ler avidamente o livro, a minha maior satisfação é não ter ficado com dúvidas de que este constitui um fabuloso contributo para aprender História ...

Este romance escrito de forma simples e cativante e que se encaixa harmoniosamente nos programas de História dos 8.º e 11.º anos de escolaridade, é como que uma "lufada de ar fresco" e uma referência para nós, professores, no trabalho que levamos a cabo todos os dias numa procura infinda de estratégias para captar a atenção e a motivação dos alunos, e também para estes, que encontram aqui uma série de valores pelos quais valeu e continua a valer a pena lutar: a amizade, o amor, o patriotismo.

Estamos perante uma história que é, por um lado, profundamente romântica, no que isso tem de mais forte e belo (nas palavras de Josefina, mulher de Napoleão, "o amor é mais forte do que qualquer coisa, mais forte que a guerra, mais forte que a morte" (p. 137); por outro lado, estamos também perante uma narrativa que é profundamente realista no que isso tem de mais cruel num cenário de guerra.

Por um lado temos Napoleão que diz "eu amo a guerra como um músico ama a música" (p. 9) e que "não tinha jeito para falar com mulheres" (p. 10), por outro, temos o tenente francês que, atirando com as dragonas à cara do general Soult, salva a enfermeira portuguesa no afundamento da Ponte das Barcas no rio Douro com 15.000

"O Falcão de Bonaparte"

– Um romance de Mariana Pinheiro

pessoas, segredando-lhe: "eu disse que te encontraria, mesmo que tivesse de descer ao inferno" (p. 106).

A autora descreve-nos, numa linguagem cinematográfica, o cenário de guerra nas serras do Minho, ao longo do qual assimilamos factos reais, batalhas, nomes de protagonistas que merecem ser ressaltados pela sua bravura e coragem. Mas ao mesmo tempo descreve-nos os sentimentos e estados de alma contraditórios de um povo como o seu amor pela pátria e, simultaneamente, o seu ódio aos ditos "jacobinos" ou a atitude patriótica e, ao mesmo tempo, fraticida desse mesmo povo (bem visível quando o general Bernardim Freire de Andrade, com 50 anos, e o engenheiro Custódio José Vilas Boas, com apenas 38, são barbaramente assassinados pela população no Campo de Santa Ana, em Braga, atual Avenida Central, a 17 de março de 1809).

sunto de Estado, contando-lhe que precisava de defender a família que não suportava ver, de novo, chacinada (o ódio e a raiva de José representa bem os sentimentos do povo relativamente aos franceses).

Destaco, ainda algumas passagens, que merecem ser salientadas:

– por exemplo, a expressão de Soult quando, de telescópio, observa o povo a correr assustado pelas encostas verdejantes na batalha de Carvalho d'Este: "que lindo país têm estes bárbaros"! (p. 85)

– ou a observação de um popular, Joaquim Baptista (pai de Vitória, a enfermeira do romance) lavrador abastado e proprietário do solar mais rico da Póvoa de Lanhoso, "os franceses ainda não entraram no país e os portugueses já se andam a acusar uns aos outros de jacobinos!" (p. 64)

– também é de destacar a estratégia de Francisco da Silveira quando, em Chaves,

– ou a ação do inventor e industrial francês Nicolas Appert que, após uma investigação de 14 anos descobriu como conservar os alimentos por ação do calor (o que atualmente se designa por esterilização) e que recebe um prémio atribuído por Napoleão em 1809, com vista a poder conservar-se os alimentos para a Grand Armée (Napoleão queria refeições saudáveis na frente de batalha para ter uma tropa forte e capaz...).

Encontramos aqui nesta obra todos ingredientes necessários a uma boa história – o amor, o ódio, a amizade, nas suas vertentes mais profundas:

– o amor de um povo pela sua pátria – que, como descreve Junot "se arma até aos dentes para lutar pela sua própria terra" (p. 20) ou o patriotismo minhoto nas palavras do jovem Jaime, companheiro de José Dantas, que proclama "enquanto correr sangue nas veias de um português, haverá sempre quem defenda Portugal" (p. 119) – e, ao mesmo tempo, encontramos o ódio profundo desse mesmo povo ao inimigo que vandaliza, saqueia e destrói;

– encontramos o amor incondicional e incontrolável da paixão (o tenente francês e a enfermeira portuguesa); o ódio que leva o miliciano José, no final da batalha de Carvalho d'Este, a desferir um golpe quase fatal (não fosse o profissionalismo da enfermeira) no tenente francês, ou quando o mesmo José se vinga do ciúme que tem do tenente no momento em que revela o seu esconderijo com Vitória a Soult); ou, ainda a amizade que nos leva ao sacrifício pessoal em prol da felicidade do outro (patente em José que prescinde do seu amor pela enfermeira em favor da felicidade desta).

De ressaltar também a interessante descrição e as imagens dos uniformes da "Grand Armée" francesa segundo as categorias: as dos oficiais, as dos soldados, as de Verão, as de Inverno... E, por fim, a par desta eloquente e cativante lição de história, a referência ao grande e belo romance que é o fio condutor de toda a lição e que termina com o desvendar da razão do título "O Falcão de Bonaparte" e talvez com a resposta à interrogação do tenente que, no início, quando estava programado casar com a prima Gabrielle, pensa nas palavras do pai desta: "o amor aparece com o tempo". Será que o amor aparece com o tempo?

Deixo esta interrogação para incentivar todos à leitura desta obra e felicitar a Mariana, que é jornalista *free-lancer* no Reino Unido mas se diz simplesmente emigrante – e que escreve um belo romance desenhado na história e na geografia do seu país numa atitude, também ela, de exemplar patriotismo. ■

Braga, 28 de junho de 2014



A romancista Mariana Morais Pinheiro (à esq.) e a Prof.ª Ana Maria da Costa Macedo na apresentação do romance "O Falcão de Bonaparte" durante a Feira do Livro de Braga

Por um lado, temos as ações de altas patentes do exército, como os generais Junot, Soult, Arthur Wellesley, Bernardim Freire de Andrade, o brigadeiro Francisco da Silveira (nas suas notáveis ações em Chaves, ponte de Amarante, serra da Cabreira, Salamonde), o capitão António Rodrigues ou o engenheiro Custódio José Vilas Boas (engenheiro militar e brilhante cartógrafo, autor do projeto da navegabilidade do Cávado). Por outro lado, temos a ação de homens do povo como o miliciano José Dantas Vieira (filho do caseiro de um lavrador abastado da Póvoa de Lanhoso, que tem um papel bem representativo da intensidade da ação e força popular ao longo de toda a narrativa): protagoniza a notável resistência no rio Minho, junto a Caminha; é notável o seu papel na interceção da carta que Soult pretende enviar a Napoleão, com a revelação da nova trajetória dos franceses por Chaves – José consegue convencer Freire de Andrade a revelar-lhe o segredo que, à partida, era as-

proclama aos soldados "Um bom líder sabe quando atacar, mas também sabe quando deve retirar e pôr as suas tropas a salvo! (...) Em vez de os enfrentarmos a céu aberto, vamos antes tirar partido do nosso conhecimento geográfico da região" (p. 72) – é então que as tropas de Soult são atacadas de surpresa nos desfiladeiros da Serra da Cabreira e Salamonde... e os franceses caem...

– ou ainda a ação dos beneditinos em Tibães, que, depois de se arrependerm de confiar nos franceses, salvam o espólio em esconderijos (paredes falsas, soalho, painéis...) aquando da instalação de um hospital de campanha em Tibães por ordem de Soult (cap. 13)

A autora revela-nos também factos curiosos como:

– a origem da designação do chamado "vinho dos mortos" quando Joaquim Baptista, ao deixar à pressa o seu solar na Póvoa de Lanhoso, enterra num grande buraco várias garrafas de vinho para escapar à pilhagem.